

HABEAS CORPUS Nº 514.451 - TO (2019/0163614-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO TOCANTINS
VALDEON BATISTA PITALUGA - TO0000342
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : FLAVIO DE SOUSA RODRIGUES (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FLÁVIO DE SOUSA RODRIGUES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Consta dos autos que o paciente foi denunciado pela suposta prática do delito previsto no art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, pois teria, no dia 12/2/2011, conduzido veículo automotor sem a devida permissão para dirigir, envolvendo-se em acidente automobilístico, ocasião em que abalroou a lateral esquerda de outro veículo e atingiu uma motocicleta ao cruzar uma avenida, causando lesões às demais condutoras.

A denúncia foi oferecida em 30/11/2011 e recebida em 5/3/2014. Citado por edital, e não tendo comparecido em juízo, foi determinada a suspensão do processo e do prazo prescricional. Em 17/6/2016 foi decretada a prisão preventiva do paciente (e-STJ fl. 19).

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 9/10):

HABEAS CORPUS – ARTIGO 309 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO – PRISÃO PREVENTIVA COM ESCÓLIO NO ARTIGO 366 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – REQUISITOS PREENCHIDOS – CITAÇÃO POR EDITAL – AUSÊNCIA DE RESPOSTA OU COMPARECIMENTO – RÉU EM LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO DESDE O ANO DE 2011 – PRISÃO PROCESSUAL – MANUTENÇÃO – ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1 - O impetrante rebate o decreto de prisão preventiva em desfavor do paciente, sob o argumento de ausência dos requisitos ensejadores da medida, haja vista, que embora não tenha apresentado resposta à citação por edital, não há qualquer evidência de risco à aplicação da lei penal ou à instrução penal.

2 - Contudo, a análise dos autos não revela a verossimilhança dos argumentos do impetrante, haja vista tratar-se de imputação - artigo 309 do Código de Trânsito – referente a fato ocorrido em 2011 e embora tenha comparecido em audiência preliminar realizada aos 07.06.11, o paciente esteve ausente nas demais, restando frustradas as tentativas de citação/intimação pessoal do mesmo.

3 - Frustrada a localização do paciente mediante comunicação pessoal, o mesmo fora citado por edital, entretanto, não respondeu ao chamado a justiça, permanecendo inerte até o decreto de prisão preventiva. O artigo 366 do Código de Processo Penal assevera que se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, nos termos do disposto no artigo 312 do mesmo diploma.

4 - In casu, cuida-se de decreto de prisão processual, de modo a evitar a ofensa à devida aplicação da lei, pois estando em local incerto e não sabido desde 2011, o paciente poderá não receber a punição necessária pelo crime cometido. Não obstante o crime em tela não seja punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos, cuida-se de prisão processual, que objetiva a citação do agente para que ele compareça ao Juízo para dar prosseguimento ao processo, ou seja, para que haja a correta aplicação da lei, vez que, não compareceu aos autos, tampouco cumpriu o dever de informar sua localização ao juízo no decorrer dos anos. 5 - Desse modo, uma vez que legítima a segregação preventiva quando não observada a comunicação por edital e, havendo o risco de não aplicação da lei penal, ante a ausência do paciente em juízo desde 2011, bem como, a necessidade de acautelamento da ordem pública, pelo fato de que ao conduzir veículo sem habilitação, o paciente provocou acidente de trânsito envolvendo outros dois veículos, causando lesões às demais condutoras, ao menos, a priori, tem-se por legítima a manutenção do decreto prisional.

6 - RATIFICAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL – ORDEM DENEGADA em consonância com o parecer ministerial.

Decisão unânime.

Na presente impetração, sustenta a Defensoria Pública do Estado do Tocantins a ausência de fundamentação idônea para a decretação da segregação cautelar do paciente, pois não foram preenchidos os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Assevera que o delito imputado ao paciente não autoriza a imposição da prisão preventiva, haja vista que a pena privativa de liberdade não ultrapassa 1 ano.

Destaca que militam em favor do paciente condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa.

Requer, liminarmente e no mérito, que o paciente possa aguardar o julgamento do presente em liberdade ou, subsidiariamente, que sejam impostas medidas cautelares diversas da prisão.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Na hipótese, vislumbro flagrante constrangimento ilegal apto a ensejar o deferimento do pedido emergencial.

Confira-se o que consta da decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva, conforme relatado na manifestação do Ministério Público do Estado do Tocantins (e-STJ fl. 21):

[...]

Por força do novo parágrafo único do art. 312 do CPP, a prisão preventiva também poderá ser decretada em caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas por força de outras medidas cautelares (CPP, art. 282, § 4º).

Na lição de LIMA, (Manual de Processo Penal, p. 936) "Para que a prisão preventiva seja decretada, não é necessária a presença concomitante de todos esses fundamentos. Basta a presença de um único destes para que o decreto prisional seja expedido".

*Desta feita, subsumindo-me às provas coligidas aos autos em epígrafe e, em consonância com o sistema normativo processual penal brasileiro, infiro que o petitum da custódia cautelar deve ser deferida quanto ao Representado, **haja vista que o acusado encontra-se em local incerto e não sabido, presumindo-se que tenha se evadido do distrito da culpa**, o que vem a prejudicar a aplicação da lei penal, estando por ora, presentes os pressupostos previstos no art. 312 do ordenamento jurídico processual penal. Sobre o caso, e relevante reiterar o que o Ministério Público enunciou em sua cota, sobre o entendimento dos nossos Tribunais, inclusive o Supremo Tribunal Federal, vejamos:*

STF: "A simples fuga do distrito da culpa, tão logo descoberto o crime praticado, já justifica o decreto de prisão preventiva" (RT 497/403).

STJ: "A evasão do réu, por si só, justifica a preventiva decretada a

bem da instrução e aplicação da lei penal" (RT 564/336).

Ademais, no presente caso, não se mostra possível a aplicação de outras medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei 12.403/11, tendo em vista que o acusado não foi localizado, nem se manifestou após devida citação editalícia, tendo o acusado se evadido do local onde residia, se encontrando em lugar incerto e não sabido.

Logo, com a prova da materialidade, indícios suficientes de autoria, encontrando-se em lugar incerto e não sabido que, caso assim permaneça, impossibilitará a aplicação da lei penal e a instrução da ação penal, indene de dúvida entendendo se fazem presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva. (Grifei.)

Verifico que a prisão preventiva, haja vista a pena em abstrato prevista para o crime que é imputado ao paciente, não atende aos pressupostos insertos no art. 313, I, do Código de Processo Penal, que estabelece admitir-se a sua decretação "*nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 anos*".

No caso, vê-se que a denúncia contra ele oferecida imputa-lhe a prática do crime descrito no art. 309 do Código de Trânsito Brasileiro, cuja **pena máxima não ultrapassa 4 anos de reclusão**.

Assim, mostra-se indevida a prisão decretada, pois inobservado o pressuposto constante no art. 313, I, do Código de Processo Penal.

Nesse mesmo sentido:

HABEAS CORPUS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PENA MÁXIMA NÃO SUPERIOR A 4 ANOS. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 313, I, DO CPP. REQUISITOS LEGAIS NÃO CONFIGURADOS. ORDEM CONCEDIDA.

1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312, ambos do Código de Processo Penal.

2. Consoante disposto nos incisos e no parágrafo único do art. 313 do Código de Processo Penal, para a decretação da prisão preventiva, é necessária a configuração de uma entre as seguintes hipóteses, consideradas requisitos de admissibilidade da segregação cautelar: (a) crime doloso punido com pena máxima superior a 4 anos; (b)

existência de condenação definitiva anterior por outro crime doloso; (c) delito praticado em situação de violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, a fim de garantir a execução das medidas protetivas de urgência; (d) existência de dúvida sobre a identidade do agente.

3. A pena máxima prevista para o crime pelo qual o réu foi preso em flagrante não é superior a 4 anos. Ao decretar a custódia preventiva do paciente, embora o Juízo de primeiro grau haja mencionado o risco de reiteração delitiva, porque o acusado, além de possuir passagens por atos infracionais, encontrava-se em "cumprimento de medida socioeducativa de internação, com saída externa" (fl. 35), o magistrado não indicou o preenchimento de nenhuma das hipóteses previstas nos incisos II e III ou no parágrafo único do art. 313 do Código de Processo Penal.

4. Ordem concedida para, confirmada a liminar, assegurar ao réu o direito de responder à ação penal em liberdade, ressalvada a possibilidade de nova decretação da custódia cautelar caso efetivamente demonstrada a superveniência de fatos novos que indiquem a sua necessidade, sem prejuízo de fixação de medida cautelar alternativa, nos termos do art. 319 do CPP.

(HC 437.326/DF, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 22/06/2018)

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. RECEPÇÃO. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 313, I, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. GRAVIDADE ABSTRATA. ORDEM CONCEDIDA.

1. Nos termos do art. 313, I, do Código de Processo Penal, é necessário para a decretação da prisão preventiva que o crime praticado seja doloso, punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos, situação que não ocorre na espécie, haja vista ser o paciente denunciado como incurso nas sanções do art. 180, caput, do Código Penal.

[...]

3. Ordem concedida.

(HC 402.120/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Rel. p/ Acórdão Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 06/11/2017)

Ademais, o crime não envolve violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência (*ex vi* do art. 313, III, do mesmo diploma legal). Também não há referência de que tenha havido dúvida sobre a sua identidade (art. 313, parágrafo único, do CPP).

Assim, constato situação de flagrante ilegalidade, porquanto inadmissível a imposição de prisão preventiva ao paciente.

Assim, ante a plausibilidade da pretensão deduzida neste *writ*, mostra-se imperioso o deferimento do pedido emergencial.

Ante o exposto, **defiro a liminar** a fim de assegurar possa o paciente aguardar em liberdade o julgamento definitivo do presente *habeas corpus*, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo de que sejam impostas as medidas cautelares constantes do art. 319 do Código de Processo Penal pelo Juízo local.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal impetrado e ao Juízo de primeiro grau, encaminhando-lhes o inteiro teor desta decisão, solicitando-lhes, ainda, informações pormenorizadas acerca do caso em questão, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto desta impetração.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator